

Senhoras e Senhores,

Que minhas primeiras palavras, parafraseando minha querida amiga e inatingível paradigma, ministra Rosa Maria, - que honra e alegra nosso tribunal com sua calorosa presença -, sejam de gratidão.

Agradeço a meus pais, especialmente a minha amada mãe que esteja onde estiver, também se orgulha e alegra com esta conquista. Deles recebi os ensinamentos básicos: o amor ao trabalho, à verdade, à Justiça, bem assim coragem e tenacidade para buscar a felicidade.

Agradeço a meus professores, lembrando com carinho de todos. Com eles, aprendi que independentemente de talento, é preciso persistir na busca de constante aperfeiçoamento.

Igualmente grata ao saudoso Antonio Carlos Alves Salim Gabriel, com quem aprendi o respeito **às diferenças**, o prazer do convívio social, **a confiar que o destino cumprirá seus desígnios** e que, atentos e fortes, saberemos sorver cada um dos momentos de felicidade que a vida a todos proporciona.

Agradeço a meus irmãos, em cujos olhares me reconheço. E aos amigos. Sei que sabem o lugar especial que cada um tem no meu coração e na minha vida. Muito obrigada pela amizade e pelo carinho.

Obrigada a **todos os advogados**, verdadeiramente indispensáveis ao funcionamento da Justiça, na memória **do inesquecível Luís Heron Araújo** que vaticinou, ao me apresentar ao ilustre Dr. João Antonio Guillembert Pereira Leite, magistrado ímpar, em congresso da AGETRA, em Rio Grande, na década de 80, que eu seria magistrada.

Obrigada, muito obrigada, a meus colegas magistrados, jamais esquecerei todas as demonstrações de reconhecimento, afeto e solidariedade que recebi ao longo desta caminhada. E um especial agradecimento aos nobres integrantes deste Tribunal, que me distinguiram com sucessivas convocações e com o ingresso em lista, o que me possibilitou chegar a esta Corte, em honraria que jamais sonhei ao ingressar na carreira.

Obrigada também aos colegas que dedicam e dedicaram parte de suas vidas à causa associativa - os dirigentes e ex-dirigentes das valorosas ANAMATRA, AMB, e minha muito amada AMATRA IV.

Grata aos zelosos membros do Ministério Público do Trabalho, aos peritos, **a todos os servidores desta Casa e das unidades judiciárias de que tive a honra de ser titular**. Muito especialmente agradeço a minha equipe de trabalho, liderada pela serena e firme Nádia Beatriz Dadalt.

Igualmente agradeço a generosidade com que fui distinguida, pelas palavras de apoio, respeito e carinho, que gravarei para sempre na memória, proferidas pelo representante da nobre classe dos advogados, Dra. Maria Helena Dornelles, e pela Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho, Dra. Silvana Ribeiro Martins, e, em nome do Tribunal, pela digna desembargadora, companheira de lutas associativas e amiga, Dra. Maria Helena Mallmann.

Agradeço carinhosamente as indispensáveis Noeli Catarina Duarte, Lucia Maria Naymaier e Andréia Tiecher que com paciência e competência cuidam das questões domésticas, o que me permite tempo integral para a magistratura, o ócio, e meus afetos.

E, agradeço a Deus, **“O amor que move o Sol e as outras estrelas”**, pela dádiva recebida por mim e pelo Faustino, nossa amada filha Vitória. Síntese do bom e do belo. (Divina Comédia, Dante Alighieri, Florença, 1321).

Tomo posse neste Tribunal do Trabalho, após uma carreira de quase vinte anos como magistrada. Nesse período, vivemos o nascimento e desenvolvimento de uma nova Constituição da República - fruto de um, então, recente processo de redemocratização. Constituição cidadã, **marcada por forte feição social e aguçado sentido humanista**, cujas transformações são frutos das decisões políticas nacionais, como resultado do intenso

debate da sociedade civil e do processo legislativo representativo, essencialmente democrático.

Sem dúvida cabe ao Judiciário o grande desafio de, absorvendo tais transformações (por dever institucional e compromisso com o Estado Democrático de Direito), também não perder o espírito que anima o próprio Direito do Trabalho e que nasce como resposta ao fenômeno da desigualdade social.

Essa é nossa responsabilidade. Não esquecer nossas origens, nascidos que somos dos conflitos sociais que marcaram indelevelmente o século XX e ainda encontram ressonância no século XXI, como resposta efetiva da sociedade a esse fenômeno histórico. Resposta que vê a valorização do trabalho como um bem ínsito à dignidade humana, e sua proteção, tendente à busca do equilíbrio social e jurídico.

Agora, com o alargamento da competência, que vem com a Emenda Constitucional 45, e com ela o universo de conflitos materiais até então alienígenas, o desafio nos exige aparelhamento para seu enfrentamento.

Aparelhamento material, intelectual e psicológico que nos permita suplantar esse cotidiano em que ação e reação se confundem no mesmo espaço de tempo. Vivemos tempos em que a história se cria e recria num instante: quando mal assimilamos a última notícia, a nova legislação, a nova jurisprudência, elas já caducaram.

Sabe-se o quanto é difícil o exercício diário de multiplicação das horas para **dar conta desse mundo do tempo irreal**, tempo que não permite **mais o adequado processo reflexivo**; tampouco permite mais do que as leituras imprescindíveis e o fugaz convívio com os nossos afetos; **mas, sim, impõe a urgência de incontáveis decisões**, que, muitas vezes, nos tiram do papel de sujeitos para nos relegar a meros objetos.

De qualquer sorte, todo esse universo se reorganiza (e justifica) sempre que o Direito do Trabalho se materializa numa decisão em prol do destinatário principal dessa estrutura: o jurisdicionado.

Esse o grande desafio: em contato com nossas raízes, preparar-se para atendê-lo, tendo como norte a importância social do que representamos e qual o ideal que justifica isso tudo: **a Justiça**.

E nestes tempos de profundas mudanças, exige-se dos juízes de todas as instâncias, atuação ao mesmo tempo sensata mas também imediata. Há que se ter presente que justiça tardia equivale a ausência dela **e é preciso, então, tomar posições, julgar os conflitos, pacificar as incertezas inquietantes**, o que deve ser feito com qualificação técnica, sensibilidade, boa-vontade, serenidade, perseverança, organização e método, planejamento estratégico, e também com alegria e entusiasmo. A sociedade nos exige essa resposta. E, em razão dessa exigência, lembro as palavras do velho poeta: “ **Sem entusiasmo – e nele incluo a cólera, - a humanidade não consegue atuar. Só com entusiasmo, porém, não se atua bem. É preciso ir além dele para que o trabalho seja eficaz; mas então – em situações de calma, - surgem obras que nascem dos períodos de entusiasmo. Quem se entusiasma em demasia não consegue realizar um bom trabalho; quem nunca se entusiasma, tampouco.** (Reflexões sobre poesia e ética, Konstantinos Kaváfis, Alexandria, 1902).

Finalizo, prezado Desembargador João Ghisleni Filho, ilustre Presidente deste Tribunal, **comprometendo-me a continuar trabalhando** em prol do jurisdicionado e desta Instituição, a qual me orgulho de pertencer. Do único jeito que sei viver: **com responsabilidade, dedicação, alegria e entusiasmo**.

Muito obrigada.